

MULHERES, HISTÓRIA E SABERES: construindo economia solidária

Girlani de Lima¹
Maria de Lourdes Soares²

RESUMO

Neste estudo apresenta-se a questão de gênero, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista, patriarcal e machista, e é neste contexto que se encontra a organização em economia solidária, a qual busca a geração de renda a partir da produção e comercialização coletiva, e dentre seus princípios encontra-se o respeito à igualdade de gênero. Mas este princípio tem acontecido na prática? Pretende-se perceber quais são os limites entre os princípios de igualdade de gênero e os costumes tradicionais de nossa sociedade.

Palavras-chaves: economia solidária, gênero, machismo.

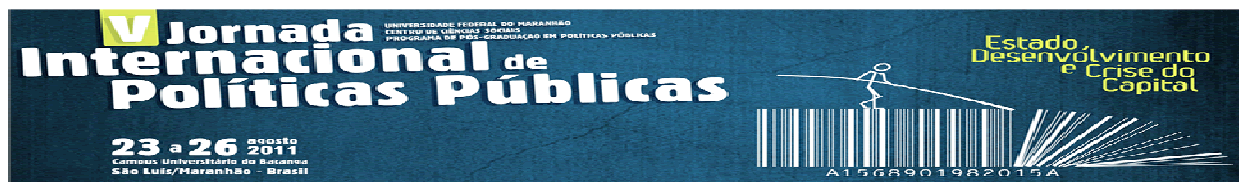
ABSTRACT

This study presents this object, in view that we live in a capitalist, patriarchal and sexist society, and is in that context the organization is on the solidary economy happened, which seeks to generate revenue from the collective production and marketing, and among its principles is the respect for gender equality. But this principle has happened in practice? The aim is to understand what are the limits among the principles of gender equality and traditional customs of our society

Keywords: solidary economy, gender, sexism.

¹ Mestre. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). assist_soc@yahoo.com.br

² Doutora. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



1. INTRODUÇÃO

Na Inglaterra do século XIX, com o desenvolvimento tecnológico e a introdução significativa da maquinaria, observou-se uma intensificação do contingente de mão-de-obra feminina transferida para as fábricas, onde as operárias começaram a sofrer uma super-exploração advinda das diferenças salariais e da precarização das condições de trabalho, além de executarem trabalhos mais repetitivos e monótonos, totalmente desprovidos de conteúdo.

Já no século XX, com as profundas metamorfoses do mundo do trabalho, nas quais se inclui a flexibilidade como um dos fatores-chaves, o trabalho profissional da mulher se concentrou no setor de prestação de serviços, havendo uma demarcação de funções que correspondeu a uma desvalorização de tarefas.

Durante séculos, nesse contexto de apropriação do saber do trabalhador, às mulheres foram destinadas as tarefas que culturalmente a sociedade identificava com o trabalho feminino ou “mais apropriadas à sua natureza”, ou seja, aquela que requeriam atributos como delicadeza e paciência, incluindo elevado grau de repetitividade de seus conteúdos. Discriminou-se o trabalho da mulher, que era somente associado às atividades domésticas, cabendo às trabalhadoras funções e atividades menos qualificadas.

Com a reestruturação de produção, a cooperação entre as equipes de trabalho torna-se um elemento-chave. Mas as mulheres permaneceram com as tarefas mais repetitivas e desqualificadas, diferenciando-se das destinadas aos homens, consideradas como “nobres” e relacionadas com as novas tecnologias microeletrônicas (HIRATA, 2002a; SOUZA, 2000).

Com o crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e na própria organização econômica no Brasil e no mundo desencadearam processos de expansão de novas formas de organização da produção. Grande número de experiências coletivas se dissemina em todo o país, caracterizado por diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que configuram, em seu conjunto, a chamada economia solidária (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003).

Observa-se, então, o reaparecimento de formas coletivistas e solidárias de produção, com um resgate da economia solidária praticada por operários desde os



primórdios do capitalismo industrial como alternativa à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão desregulamentada das máquinas no começo do século XIX (SINGER, 2002).

A economia solidária se constitui em práticas alternativas à economia capitalista, que é vista não como única, mas como dominante ou hegemônica. Centrada importância das práticas, um viés importante que ela apresenta é o resgate experiências e de uma tradição de organização do trabalho e da produção, a extração da mais-valia e a alienação do trabalho. Paul Singer resgata as origens da economia solidária nas experiências de sindicalistas e socialistas utópicos no século XIX como uma reação à desestruturação do trabalho e da vida dos trabalhadores na industrialização nascente. (NOBRE, 2003, p. 91)

2.O trabalho feminino e a economia solidária

As relações sociais presentes neste século são marcadas pela desregulamentação dos mercados, levada a efeito pela via da globalização e pela flexibilização dos processos produtivos e das relações de trabalho. As faces mais visíveis dizem respeito à crise do emprego e à fragilização da cobertura social que marcaram a década de 90 em todo mundo. Época essa de aumento da instabilidade para os trabalhadores, já que as transformações tecnológicas próprias do processo de acumulação de capital mudam também o significado social do trabalho à medida que imprimem um caráter provisório a muitos postos de trabalho e que as ocupações no processo produtivo e organizacional e, conseqüentemente, nas posições delas decorrentes, denotam ausência de perspectiva e lugar seguro na sociedade.

Nessa conjuntura se constroem e se recompõem ações coletivas com questões e demandas diferenciadas. Novos atores sociais emergem nas sociedades contemporâneas. A economia solidária pode ser vista por esta ótica, uma vez que a forma concreta de uma sociedade faz emergir determinados movimentos sociais, ou seja, eles nascem de dada condição estrutural. Os conflitos podem emergir e reemergir numa sociedade capitalista, visto que ela é dinâmica e que apesar de passar por períodos de crise, estes são intimamente ligados a determinações econômicas e políticas: ela se modifica e se moderniza.

A economia solidária é, portanto, uma reação contemporânea que ganha expressão e visibilidade no Brasil particularmente na década de 80, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os atores sociais que estão, em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nela eles se organizam pela via da solidariedade, do trabalho coletivo e do reconhecimento de



um ponto em comum: a busca de trabalho e renda. De modo geral, pode-se dizer que pessoas ou grupos se associam em empreendimentos solidários para compensarem, pela agregação de recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista e pelo insignificante crescimento econômico.

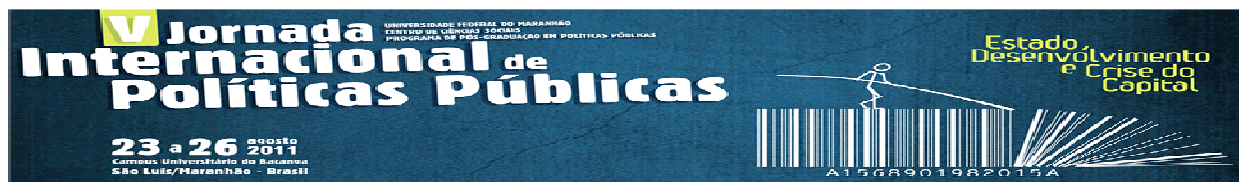
Um processo de organização coletiva como esse pode transformar o papel das mulheres na sociedade, como a identidade a elas relacionada, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva apenas delas. Ampliando este olhar sobre a economia solidária e considerando as relações sociais de gênero, tem-se algo interessante, que é a grande participação das mulheres e também sua expressiva presença como dirigentes nos diferentes setores dessas organizações.

Segundo Louro (1997, p.21), o conceito de gênero foi introduzido a partir do movimento feminista contemporâneo do início do século XX com a finalidade de entender o que foi socialmente construído sobre os sexos e, ao mesmo tempo, afastar um determinismo biológico implícito no uso do termo sexo. Buscavam, através da linguagem, construir uma categoria de análise capaz não só de destacar o caráter “fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, mas também de interrogar e desconstruir a legitimidade da matriz sexual/biológica na constituição de sujeitos femininos e masculinos.

Para Saffioti (1992) o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social. Seu conceito deve ser capaz de captar as relações sociais, bem como as transformações historicamente sofridas através dos mais distintos processos sociais, na qual as relações de gênero têm lugar e que pode também ser visto como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos.

Assim, o papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Começa a ser construído na família, definido a partir das diferenças sexuais. Um aspecto essencial a ser lembrado é uma série de importantes transformações sociais e avanços ocorridos nas mais diversas áreas (tecnologia, economia, política, cultura etc.) da vida humana, que não foram suficientes para resolver as diferenças sociais e econômicas existentes.

As diferentes condições em que vivem homens e mulheres são ocasionadas pelas construções sociais e econômicas, as quais geraram diferenças, já que não são apenas os homens os únicos responsáveis pelo sustento da família, pois



as mulheres têm buscado alternativas de inserção na produção encaradas como complementares às suas obrigações e responsabilidade, sacrificando, assim, suas liberdades e desejos pessoais.

No contexto da economia solidária a emancipação dessas mulheres no universo produtivo passa pelo aspecto de romper com as amarras – seja de ordem econômica, política ou cultural – sob as quais se encontra o ser humano, tendo na dimensão econômica a revelação subjacente às falas, o respaldo para a efetivação e vivência de sua emancipação.

O significado da luta de gênero não está em romper o elo estrutural, já que a luta de emancipação social passa pelo rompimento com o elo cultural, percorrendo caminhos próprios nas diversas esferas da sociedade em seus microespaços. Assim, a concretude para a realização da emancipação das mulheres parte da rejeição de uma situação em que nega condições dignas a sua existência, o que provoca conflitos, denúncias e proposições alternativas a essa situação (LINS, 2006).

As relações de gênero são construções socioculturais, produtos de um processo social que se dá em todas as esferas, espaços e instâncias sociais, em que formas e modo de opressão de gênero se realizam culturalmente e tomam formas específicas a cada momento histórico. No contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussões, partilham ideias, opiniões e sentimentos que abrem um horizonte e um leque de caminhos para a articulação entre a vida familiar e várias experiências com as quais se relacionam. Dessa forma, o desejo humano cria o desejável que é um projeto proposto para um fim. Nesse exemplo os grupos de produção constituídos na sua maioria por mulheres agem e realizam sua liberdade, mesmo sabendo que ela é regida e está regrada. Daí a importância da liberdade nas escolhas que mulheres e homens fazem.

As relações sociais produzidas no mundo do trabalho só podem ser compreendidas na sua completude se considerarem a divisão sexual do trabalho como um de seus estruturantes. Além de reforçar o binômio trabalho produtivo e reprodutivo, acrescenta a valoração ao trabalho produtivo como aquele desenvolvido pelos homens e ao trabalho desenvolvido pelas mulheres como apenas de natureza reprodutiva.

Do ponto de vista do trabalho feminino, o que se constata é que, apesar das inovações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho permanece. Nesses anos, conforme apontou Abreu (1993), a tese de que as novas tecnologias microeletrônicas iriam permitir real igualdade entre homens e mulheres foi sendo desmentida. A eliminação das tarefas pesadas, sujas e insalubres próprias para o desenvolvimento masculino- de acordo com a concepção que marca as relações de gênero na sociedade-, com a entrada de inovações

tecnológicas, permitiria maior incorporação das mulheres e a eliminação da discriminação a que estão submetidas no local de trabalho. Mas, na realidade, essa transformação não ocorreu. (NEVES, 2000, p.179)

Com o advento da globalização, a inserção das mulheres no mundo do trabalho tende a ser ainda mais precária, marcada, por um lado, por contratos em tempo parciais na esfera do emprego, e, por outro lado, pelo alargamento do trabalho informal, caracterizado pela ausência de qualquer direito social. Entre o conjunto de trabalhadores/as obrigados/as a enfrentar as perversas consequências da precarização do trabalho, são as mulheres e as mais pobres as mais sujeitas à violência, as que têm menos acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, à formação profissional e técnica, ao crédito, à terra, embora desfrutem mais de educação hoje do que no passado.

Não estando incluídas no chamado mercado formal, marcado pela regulamentação dos contratos de trabalho, aos quais se encontram associados uma série de direitos, as estratégias desenvolvidas pelas mulheres têm sido marcadas por alto grau de informalização, cujo traço principal é a precarização. Como observa Lavinas (1996), o setor informal, mais heterogêneo e flexível, menos regulado e protegido, torna-se sempre uma alternativa para as mulheres que querem trabalhar.

A crise no mundo do trabalho que tem como traço principal o desemprego (fenômeno estrutural) e a precarização das relações e condições de trabalho não atinge somente as mulheres, mas, pelas razões já expostas, reforça bastante as desigualdades de gênero oriundas da divisão sexual do trabalho.

Com o objetivo de enfrentar esses efeitos, movimentos sociais, sobretudo o movimento sindical, universidades e ONGs, mobilizam-se e articulam-se em escala regional, nacional e global para pensar estratégias coletivas de mobilização e organização em busca de melhores condições de trabalho, apresentando como proposta um modo de organização da economia mais solidária.

Ainda que apresente origens remotas, a economia solidária adquiriu visibilidade e significado especial a partir da década de 70. Seus usos são múltiplos, chegando-se a associá-la à economia social, terceiro setor, economia informal, economia popular e até a entendê-la como novo modo de produção.

Expressa-se hoje como uma reação contemporânea, enquanto alternativa possível aos atores sociais, em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo, onde pode haver uma organização pela via da solidariedade, do trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca do trabalho e



renda.

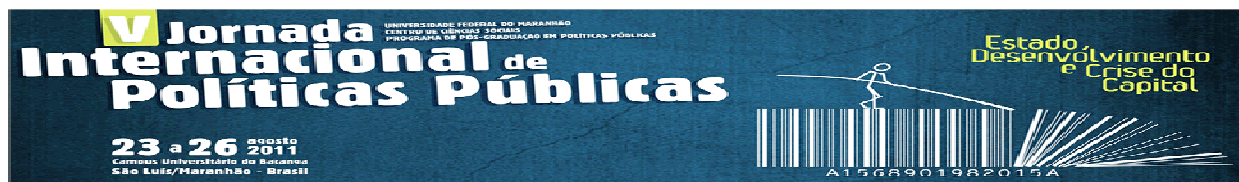
A economia solidária se propõe a romper com a divisão social do trabalho, criando espaços de socialização mais amplos, calcados na proposta de radicalização da democracia e no estabelecimento de novas formas de distribuições da riqueza como bases para uma economia e uma sociedade mais solidária. Ao afirmar tais características como fundamento, aponta também para construção de um padrão de sociabilidade fundado em relações horizontais na esfera da produção e distribuição. É justamente esse traço que a constitui campo privilegiado para exercitar novas práticas e proporcionar convivências de igualdade e autonomia para as mulheres. Os valores propugnados, sobretudo no que concerne à construção de relações de solidariedade e horizontalidade no mundo da produção, parecem apresentar possibilidades para construção de relações de gênero mais igualitárias no mundo do trabalho.

A participação das mulheres na composição dos empreendimentos que integram a economia solidária é bastante expressiva. Sua presença hegemônica nesse espaço se deve ao fato de se tratar de um campo no qual elas buscaram se refugiar das interdições produzidas pela divisão sexual do trabalho, o que indica também uma possibilidade de enfrentamento da invisibilidade e da marginalização produtiva.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes condições em que vivem homens e mulheres não são ocasionadas pela diferença biológica existente entre ambos, mas pelas construções sociais e econômicas, as quais geraram uma relação social de sexo (KOLLONTAI, 1977, p13). Tais diferenças são observadas no mundo do trabalho através da divisão sexual do labor, sendo este hierarquizado. As relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma rígida divisão sexual do trabalho, onde o masculino ainda é mais valorizado que o feminino.

Os homens apresentam-se, por muito tempo, como os únicos responsáveis pelo sustento da família, por trabalharem, portanto, na produção e por exercerem funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares), enquanto que as mulheres ficam excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução (BEAUVOIR, 1968). Assim, num equivocado julgamento de valor social, o trabalho feminino ficou considerado como “leve”, “insignificante”, caracterizado como



uma “ajuda” à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm sido responsabilizadas pelas “obrigações” familiares: trabalho não remunerado, realizado gratuitamente para os outros membros familiares, considerado de importância secundária e, portanto, um trabalho invisível, “feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2003, p 56).

De acordo com os seus pressupostos, a economia solidária pretende superar conceitos socialmente construídos de relações de gênero, demonstrando, na prática, uma maior igualdade entre homens e mulheres. Mais ainda, em uma perspectiva educacional, essas iniciativas oferecem indícios de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. ***A Dominação Masculina***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. ***O Poder Simbólico***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

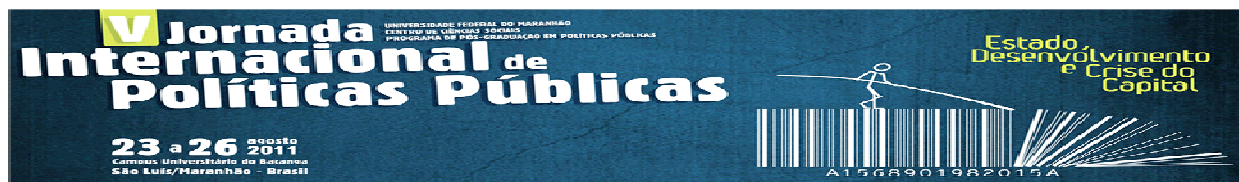
BRUSCHINI, Cristina. ***Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher***. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1998.

BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (org.). ***Gênero, democracia e sociedade brasileira***. São Paulo: Editora 34 Ltda. e Fundação Carlos Chagas, 2002, p.321-338.

CARVALHO, Nanci Valadares de. ***A condição feminina***. São Paulo: Vértice, 1998, p.124-142.

CASASUS, C. ***A construção social das redes produtivas no Chile***. In Abreu, A produção flexível e novas institucionalidades na América Latina. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, p. 273-290.

CATTANI, Antonio David (Org.). ***A Outra Economia***. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.



DAGNINO, R. et al. ***Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação.*** Taubaté, Editora Cabral Universitária, 2002.

FARIA, Nalu. ***Economia feminista.*** Editora Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, 2002.

GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs.) ***Educação comunitária e economia popular.*** Cortez, São Paulo, 1993.

GAIGER, Luiz I., et al. ***A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas.*** *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura.* nº 15, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio, ***A economia solidária diante do modo de produção capitalista.*** São Paulo: Loyola.2002